

Assembleia da Rede de Autarquias Participativas

Relatório

12 de abril de 2016

1. Balanço das atividades desenvolvidas

A Rede foi constituída em 4 de Dezembro de 2014, no âmbito da I Conferência Nacional Portugal Participa, que teve lugar em Cascais.

Por decisão dos seus membros fundadores, a Rede tem funcionado como estrutura informal, dinamizada pela equipa do projeto Portugal Participa.

Ao longo do ano de 2015 e no primeiro trimestre de 2016 foi possível realizar as seguintes ações dirigidas aos membros da Rede:

- Organização da **II e da III Conferências Nacionais Portugal Participa**, que tiveram lugar em Lisboa e Porto, respetivamente em Janeiro e Março de 2016. Estas permitiram abordar, de uma forma muito prática, os temas relacionados com a “gestão multicanal nos processos participativos” e as “soluções técnicas para a realização dos orçamentos participativos”. No total, estes eventos contaram com a presença de 89 pessoas.
- Organização do **Fórum Regional dos Açores**, que teve lugar em Ponta Delgada, em Julho de 2015. O tema selecionado pela região foram os “orçamentos participativos”. Foi a primeira iniciativa do género realizada na Região Autónoma e contou com a presença de 25 pessoas.
- Organização do **Fórum Regional do Sul**, que teve lugar em Loulé, em Setembro de 2015. Os temas escolhidos pela região foram o “índice de transparência municipal”, “governo aberto”, “observatórios de políticas públicas” e “orçamentos participativos”. Este fórum contou com a presença de 33 pessoas.
- Organização do **Fórum Regional da Madeira**, que teve lugar no Funchal, em Setembro de 2015. Os temas escolhidos pela região foram o “planeamento

participado”, os “núcleos comunitários de proteção civil” e os “orçamentos participativos”. Este fórum contou com a presença de 85 pessoas.

- Organização do **Fórum Regional do Centro**, que teve lugar em Águeda, em Outubro de 2015. O tema escolhido pela região foram os “orçamentos participativos” e estiveram presentes 42 pessoas.
- Organização do **Fórum Regional do Norte**, que teve lugar em Alfândega da Fé, em Outubro de 2015. O tema escolhido foram os “orçamentos participativos” e estiveram presentes 31 pessoas.
- Lançamento da primeira edição do **Prémio Nacional de Boas Práticas de Participação 2015**. Foram recebidas 14 candidaturas, tendo essas sido avaliadas por um júri composto pela Associação In Loco, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Agência para a Modernização Administrativa e Observatório Internacional de Democracia Participativa. As cinco finalistas foram submetidas a votação pública e a prática vencedora será anunciada no dia 12 de Abril.
- Criação e dinamização permanente da **página de Internet Portugal Participa** – www.portugalparticipa.pt. Esta contou com 57.953 visualizações, provenientes de 116 países, com destaque, por ordem de grandeza, para Portugal, Rússia, Brasil, Estados Unidos, Espanha, França, Itália, Alemanha e Reino Unido). O período em análise é referente a 4 de dezembro de 2014 a 10 de abril de 2016 (497 dias);
- Criação e dinamização da **página do Facebook Portugal Participa**, que conta atualmente com 1.824 aderentes, provenientes de 35 países, com destaque, por ordem de grandeza, para Portugal, Timor Leste, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique. Foram realizadas 777 publicações na página, entre 4 de dezembro de 2014 a 10 de abril de 2016 (497 dias), o que representa uma média de 1,6 publicações por dia. No total, foram alcançadas aproximadamente 80.000 pessoas.
- Assinatura de um **protocolo de colaboração com as empresas “Wiremaze, Libertrium, Go4mobility e Skydraft**, que permitiu a aplicação de condições comerciais especiais para os membros da Rede na aquisição de soluções tecnológicas de suporte aos processos participativos. O valor poupado às autarquias membros da Rede é de 13.725,00 €.

Foram ainda realizadas 8 oficinas temáticas, que contaram com a participação de 199 pessoas.

Até ao final do projeto serão ainda asseguradas as seguintes ações:

- Organização da **Conferência Internacional “Novos Limiares para a Participação em Portugal”**, que terá lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, nos dias 12 e 13 de abril próximo;
- Edição de um **pacote de cinco brochuras sobre metodologias participativas**, nomeadamente, “orçamento participativo”, “fórum municipal de saúde”, “planeamento colaborativo”, “núcleos comunitários de proteção civil” e “participação ao nível do PDM”;
- Edição de uma **revista com as práticas de participação dos membros da Rede**. A informação foi formalmente solicitada a todos através de mensagem de e-mail enviada no passado dia 16 de março;
- Edição de uma **brochura de apresentação e divulgação da Rede**.
- Assinatura de **protocolos de colaboração entre a Rede de Autarquias Participativas, a Rede Brasileira de Orçamentos Participativos e a Rede Moçambicana de Orçamentos Participativos**, que terá lugar no próximo dia 12 de abril.

Parece-nos que o percurso realizado demonstra a importância deste trabalho colaborativo entre as autarquias empenhadas na promoção da participação. Desse destacamos os seguintes resultados:

- Capacidade de abrangência da Rede a Portugal continental e insular. Esta é atualmente composta por 49 autarquias, conforme lista em anexo;
- Qualificação de 201 técnicos das autarquias envolvidas na Rede;
- Reforço das relações de cooperação interautarquias sobre metodologias participativas;
- Qualificação dos processos participativos por via das ações de formação organizadas e da troca de experiências;
- Reforço da visibilidade pública e institucional dos processos participativos desenvolvidos pelas autarquias portuguesas.

2. O futuro da Rede

O projeto Portugal Participa, enquanto conjunto estruturado de atividades e financeiramente suportado ao abrigo do Programa Cidadania Ativa, terminará no próximo dia 30 de abril. Esta situação coloca como desafio mais imediato a necessidade de encontrar um novo modelo de funcionamento e de financiamento que permita manter e aprofundar a atividade da Rede.

A este propósito foram discutidos vários temas na Assembleia Nacional da Rede, que teve lugar no passado dia 12 de abril, na Fundação Calouste Gulbenkian, conforme se expõe de seguida.

a. Estrutura da Rede

A Rede deverá manter o seu caráter informal, enquanto plataforma colaborativa, formada por quatro órgãos:

- *Assembleia de Membros Efetivos*, composta por todas as autarquias formalmente aderentes;
- *Presidência (rotativa)*, constituída por um Presidente e dois Vice-Presidentes eleitos entre os Membros Efetivos;
- *Secretaria Técnica*, a cargo da Associação In Loco;
- *Membros Associados*, correspondentes a outras entidades que pretendam colaborar com a Rede.

Está a ser elaborado um documento com os direitos e deveres dos órgãos anteriormente referidos.

b. Presidência da Rede

Esta deverá cumprir os seguintes requisitos:

- Duração de 1 ano, com exceção do primeiro mandato, que deverá ser de 18 meses, a decorrer ente 1 de julho de 2016 e 31 de dezembro de 2017, por razões relacionadas com o calendário do próximo ciclo eleitoral para as autarquias. Os mandatos seguintes deverão acontecer entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.
- Composição assegurada por um Presidente e dois Vice-Presidentes. As autarquias interessadas deverão apresentar as respetivas candidaturas entre 1 e 9 de junho de 2016. Dessas constará também um plano de ações que se propõem desenvolver, entre as quais a realização obrigatória de uma assembleia nacional anual da Rede e uma conferência de âmbito nacional ou internacional. As candidaturas apresentadas serão sujeitas a apreciação e votação por parte dos membros efetivos.

A função da Presidência é de cariz marcadamente estratégico e visa entre outras ações:

- Assegurar a representação política da Rede;
- Promover o alargamento a novos membros (municípios e freguesias);
- Contribuir para o reforço político e institucional dos mecanismos de democracia participativa no país;
- Organizar a assembleia anual da Rede e uma conferência nacional/internacional.

c. Financiamento da Rede

Sem o suporte do projeto Portugal Participa, a Rede deverá encontrar um modelo alternativo de financiamento, tendo, por isso, sido discutidos dois cenários:

– *Cenário 1*

Procura de novos projetos, nacionais e internacionais, que permitam suportar a atividade da Rede. Esta opção não deve ser descartada mas tem a desvantagem de gerar um campo de incerteza relativamente ao futuro da Rede, podendo implicar um interregno por tempo indeterminado.

A Associação In Loco, em representação da Rede, avançou com a assinatura de três Acordos de Cooperação que servirão de suporte à apresentação de candidaturas a futuras oportunidades de financiamento, sobretudo internacionais. Esses Acordos foram estabelecidos com:

- I. A Rede Brasileira de Orçamento Participativo, representada pela Prefeitura Municipal de Canoas, que assume atualmente a Presidência;
- II. A Rede Moçambicana de Orçamento Participativo, representada pela Associação Nacional de Municípios de Moçambique;
- III. O Consortium Local-Global, de Espanha, representada pelo seu diretor.

– *Cenário 2*

Criação de uma quota anual a suportar pelos membros efetivos e que servirá para manter um serviço de dinamização e capacitação da Rede, a ser assegurado pela Associação In Loco, na qualidade de Secretaria Técnica. De acordo com a simulação que se apresenta de seguida, afigura-se como uma solução pouco onerosa se for partilhada por todos os membros. Tem a vantagem de viabilizar a continuidade do trabalho desenvolvido sem qualquer tipo de interregno.

Rubricas	Montante (€)
1. Honorários do secretariado técnico da Rede Envio de informação regular aos membros. Atualização das páginas Web e do Facebook. Gestão da edição anual do prémio de boas práticas. Campanha de divulgação da Rede. Coordenação de publicação anual com práticas de participação desenvolvidas pelos membros. Organização	14.000,00

de atividades (definição de programas, gestão de inscrições, publicação de apresentações, produção de relatórios de avaliação). Apoio à organização da conferência anual da Rede.	
2. Honorários dos formadores Realização de 7 formações regionais com a duração de seis horas cada (Algarve, Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo, Centro, Norte, Açores e Madeira).	4.200,00
3. Deslocações do secretariado técnico Participação nas sete formações regionais.	3.300,00
4. Deslocações dos formadores Dois formadores por cada formação regional.	5.300,00
5. Publicação Edição de uma revista anual com as práticas de participação desenvolvidas pelos membros.	3.600,00
6. Custos de funcionamento Consumíveis e comunicações (inclui campanha de angariação de novos membros, mediante ofício a enviar por correio para as autarquias).	450,00
7. Outros custos Outros custos de funcionamento.	300,00
TOTAL	31.150,00

O valor total de 31.150,00€ representa um custo anual por membro de aproximadamente 635,00€. Atendendo ao fato do próximo período de programação da Rede ter a duração de 18 meses, entre 1 de julho de 2016 e 31 de dezembro de 2017, prevê-se que o custo associado à Secretaria Técnica seja de 46.725,00€, o que representa uma quota por membro¹ no valor de 950,00€.

Entre as autarquias participantes na Assembleia Nacional da Rede verificou-se uma unanimidade relativamente à adoção do cenário 2, defendendo a necessidade de continuar a contar com o apoio da Associação In Loco e de isso implicar uma quotização dos membros efetivos.

Do ponto de vista formal, para viabilizar o pagamento da quota² à Associação In Loco, prevê-se a necessidade de estabelecer um protocolo colaboração específico com cada autarquia.

A existência de uma Secretaria Técnica facilitará a procura de financiamentos adicionais, através de projetos específicos, razão pela qual a adoção do Cenário 2, como prioritário, inclui também o cenário 1.

A Associação In Loco ficou mandatada pelos membros participantes na Assembleia Nacional da Rede para:

¹ Calculo feito com base nas 49 autarquias que assinaram a Carta de Compromisso (Anexo 1).

² O termo quota é aqui utilizado apenas para simplificar o entendimento de todos. Na prática deverá consubstanciar-se num apoio monetário atribuído por cada autarquia à Associação In Loco para a dinamização de um plano de atividades da Rede.

- Redigir e fazer chegar este documento a todas as autarquias que assinaram a carta de compromisso;
- Solicitar que todas se pronunciem, por via eletrónica, sobre a concordância ou não com o pagamento de uma quota, nos moldes expostos anteriormente;
- Abrir o processo técnico de suporte à realização da eleição para a primeira Presidência da Rede.

Face ao exposto, foi aprovado o seguinte calendário:

- Consulta aos membros sobre a concordância com a quota e receção das respostas de todas as autarquias até ao dia 20 de maio de 2016³;
- Período de apresentação de candidaturas para a Presidência da Rede a decorrer entre os dias 1 e 9 de junho de 2016⁴;
- Período de apreciação e votação das candidaturas por parte dos membros efetivos da Rede, que deverá decorrer entre 13 e 24 de junho de 2016;
- Período de exercício da Presidência rotativa a iniciar a 1 de julho de 2016 e a terminar a 31 de Dezembro de 2017.

22 de abril de 2016

³ A Associação In Loco criará um formulário *online*, no âmbito do qual os membros explicitarão a sua posição sobre a matéria.

⁴ A Associação In Loco vai elaborar um documento orientador para a apresentação das candidaturas.